

# MÉXICO



“

**SÃO PARTICULARMENTE PRECUPANTES OS RELATOS DE DESAPARECIMENTOS, EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E TORTURA, BEM COMO A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA PARA MULHERES, CRIANÇAS, MIGRANTES, PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS, AS QUAIS SÃO VÍTIMAS DE ASSASSINATOS, DESAPARECIMENTOS, SEQUESTROS, TORTURA, ASSÉDIO E AMEAÇAS**

”

**COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

LIDERANÇAS MEXICANAS RECENTES EXPUSERAM A NECESSIDADE DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E OPORTUNIDADES para os/as 121 milhões de habitantes do país. Elas buscaram progresso econômico por meio de um pacto abrangente de livre comércio com os Estados Unidos e Canadá, exploração de petróleo, privatização de empresas estatais e reformas em áreas como educação, energia, telecomunicações, mineração e justiça, o que provocou protestos em larga escala. Mas a almejada imagem de um país dinâmico, reformador, à beira da prosperidade, tem sido “esmagada por cenas chocantes de uma terra inundada por violência e injustiça: pesquisas sugerem que os cidadãos relatam apenas menos de dez por cento dos crimes às autoridades. O verdadeiro grau da impunidade no México é impressionante”.<sup>206</sup>

Enquanto as reformas introduzidas durante o mandato do presidente Calderón deram algum motivo para esperança, o que se vê na prática durante o mandato de seu sucessor, o presidente Peña Nieto, é a criminalização progressiva do protesto social e ataques a pessoas defensoras de direitos humanos.<sup>207</sup> A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reconheceu as reformas significativas introduzidas no México em 2011, incluindo a reforma da Constituição e a recente aprovação de protocolos para investigar casos de tortura e desaparecimento forçado. Apesar desses progressos, a implementação desse programa de reforma encontrou dificuldades e obstáculos institucionais. “A CIDH confirmou um profundo abismo entre a estrutura legislativa e judicial e a realidade cotidiana que milhões de pessoas enfrentam no acesso à justiça, à prevenção da violência e a outras iniciativas públicas. Reiteradamente, a CIDH ouviu de vítimas em todo o país que a administração da justiça é uma ‘simulação’”.<sup>208</sup>

Apesar dessas reformas tão alardeadas, a situação das pessoas defensoras permaneceu terrível no México em 2017, uma vez que continuaram sujeitas à violência por parte de atores estatais e não-estatais. Grupos vulneráveis incluem jornalistas, pessoas LGBTI, religiosos/as, ambientalistas, indígenas, migrantes e defensores/as de direitos das mulheres. Pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas no México estão sujeitas a intimidação, perseguição judicial, detenções arbitrárias, ameaças de morte, atos de agressão física, desaparecimentos forçados e assassinatos como resultado de suas atividades em defesa dos direitos humanos e do exercício da liberdade de expressão e jornalismo. Desaparecimentos são endêmicos no México, muitas vezes acontecendo em conluio com o Estado. Defensores e defensoras de direitos humanos que trabalham na defesa do território dos povos indígenas são particularmente vulneráveis. Eles/as são criminalizados/as, presos/as, difamados/as e frequentemente mortos/as. Jornalistas que trabalham em qualquer uma dessas questões, ou questões relacionadas ao tráfico de drogas e à cumplicidade do governo, também correm o risco de perder suas vidas. Durante uma visita ao México em janeiro de 2017, o Relator Especial da ONU para a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, Michel Forst, declarou que pessoas defensoras “continuam sendo criminalizadas por seu trabalho, recebem ameaças pela internet e mídias sociais, incluindo tentativas de difamar sua identidade e seu papel e frequentemente sofrem prisões arbitrárias e abuso da força por parte das forças de segurança durante protestos pacíficos”.<sup>209</sup>

**A SITUAÇÃO DAS PESSOAS DEFENSORAS PERMANECEU TERRÍVEL NO MÉXICO EM 2017, UMA VEZ QUE CONTINUARAM SUJEITAS À VIOLÊNCIA POR PARTE DE ATORES ESTATAIS E NÃO-ESTATAIS**

A atual estratégia socioeconômica do governo do México baseia-se em três elementos: a imposição de um modelo econômico neoliberal, a limitação dos direitos de trabalhadores/as e a criminalização da dissensão.<sup>210</sup> A necessidade de maximizar a receita do mercado legal, aumentar o benefício para o Estado do mercado ilegal e, no processo, limitar os direitos de trabalhadores/as, salários e horas de descanso, estão no centro da estratégia econômica do governo. Quando combinadas com a privatização de bens e serviços básicos, como alimentos, água e eletricidade, que são indispensáveis para um padrão de vida decente, essas políticas não apenas privam a população de seus recursos naturais e territoriais, mas transformam esses serviços em produtos comerciais que somente aqueles/as com dinheiro podem acessar. Em relação aos direitos humanos, o objetivo claro do governo é rotular aquelas pessoas que se opõem à agenda neoliberal do governo como “inimigas do desenvolvimento”.<sup>211</sup>

## ASSASSINATOS DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Todos esses elementos criam um contexto no qual ataques e assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos são crimes rotineiros para os quais não há responsabilização. De junho de 2016 a maio de 2017, ocorreram 1.442 ataques a pessoas defensoras no México, o que se traduz em quatro ataques por dia.<sup>212</sup> Somente nos estados de Chiapas e Oaxaca, duas pessoas defensoras são atacadas diariamente. No período de 2013 a 2018 houve 144 assassinatos de defensores e defensoras, 31 em Oaxaca. Em 2017, 48 pessoas defensoras foram mortas,<sup>213</sup> das quais 58% dividiram-se em 4 categorias principais: defensores e defensoras de direitos humanos que defendem a liberdade de expressão e o jornalismo (10), que defendem os direitos dos povos indígenas (6), que defendem o direito à terra/território (6) e que defendem o direito a um padrão de vida decente (6). Os estados que foram responsáveis pelo maior número de assassinatos de defensores/as foram Guerrero (8), Jalisco (6), Oaxaca (6) e Michoacán (6). Vale a pena notar que os assassinatos de pessoas defensoras ocorreram em 16 dos 32 estados, incluindo a Cidade do México. Um destaque desses assassinatos é a sobreposição entre o elemento criminoso e o político. Um exemplo é o assassinato da jornalista Miroslava Breach por um pistoleiro contratado, o qual trabalhava para uma das gangues do narcotráfico e cuja motivação real para o crime foi sua atividade jornalística que ameaçava expor as ligações políticas do tráfico de drogas.<sup>214</sup>

## ATAQUES A POVOS INDÍGENAS

Violações sérias de direitos humanos contra povos e comunidades indígenas no México ocorrem em três áreas principais: violência em terras e territórios ancestrais no contexto de megaprojetos, autorizados sem o devido processo legal, a fim de garantir consulta e consentimento livre, prévio e informado; no contexto de reivindicações de títulos legais que afetam suas terras; ou a falta de devido processo legal em casos criminais contra defensores e defensoras de direitos humanos.<sup>215</sup> Os povos indígenas reiteradamente denunciaram a oferta de concessões estatais a empresas privadas, violando seu direito de consulta prévia. Como resultado da luta por suas terras, houve repetidas tentativas de criminalizar o trabalho de pessoas defensoras de direitos dos povos indígenas, que são vistas como obstáculos ao desenvolvimento econômico do país. Durante sua visita em novembro de 2017 ao México, a Relatora Especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, referiu-se a “um grave padrão de exclusão e discriminação, que por sua vez reflete a falta de acesso à justiça, entre outras violações de direitos humanos”.<sup>216</sup> Em 2016 e 2017, 37% das pessoas defensoras de direitos humanos mortas eram ativistas indígenas.<sup>217</sup> No meio dessa onda de violência, os massacres de Tlatlaya e Ayotzinapa são a ponta de um iceberg de violência, detenções arbitrárias e ataques violentos, incluindo assassinatos de defensores e defensoras. No caso de Tlatlaya, alega-se que oficiais do alto escalão do exército deram ordens por escrito incentivando soldados a matar 22 jovens, supostos/as integrantes de grupos criminosos organizados,<sup>218</sup> enquanto que, no caso Ayotzinapa, 43 jovens garotos que estudavam em uma faculdade de formação de professores, na cidade rural de Ayotzinapa, haviam ocupado diversos ônibus<sup>219</sup> na esperança de chegar a uma manifestação, mas foram interceptados pela polícia local e nunca mais foram vistos.<sup>220</sup>

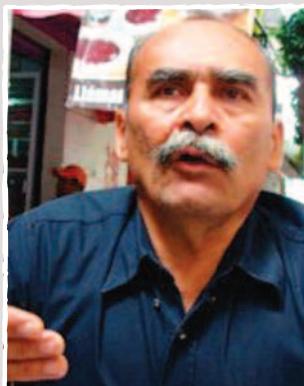
## ATAQUES A DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

De acordo com IM-Defensoras, “o México é o país mais violento para as defensoras de direitos humanos na Mesoamérica.<sup>221</sup> De 2013 a 2016, isto é, durante o mandato de Enrique Peña Nieto, um total de 1.360 ataques contra defensoras ocorreu, uma média de um por dia”. No mesmo período, pelo menos 22 defensoras foram mortas.<sup>222</sup> Mulheres são alvos específicos de assassinatos em alguns locais. Em Ciudad Juárez, Chihuahua, centenas e possivelmente milhares de mulheres desapareceram e foram assassinadas desde 1993. Muitos corpos de mulheres foram encontrados posteriormente no deserto, muitas vezes tendo sido assassinados de formas brutais. A maioria era pobre e trabalhava em fábricas ou na economia informal; algumas foram estupradas ou mutiladas e muitas mais continuam desaparecidas. Segundo uma fonte, existem razões para

acreditar que houve 4.306 feminicídios no México entre 2006 e 2012,<sup>223</sup> e a Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos no México (*Red Nacional de Defensoras de Derechos Humanos en México, RNDDH*) identificou 615 ataques a defensoras de direitos humanos do início de 2012 até 2014, incluindo 36 assassinatos. Na pesquisa de seu relatório de 2016, a CIDH observou: “com relação à situação das defensoras no México, a CIDH emitiu uma série de medidas cautelares destinadas a proteger a vida e a integridade pessoal das mulheres que foram atacadas, ameaçadas e assediadas como consequência direta de seu trabalho. Nesse cenário, a CIDH recebeu informações sobre a falta de implementação oportuna de medidas efetivas de segurança que permitam a

**ENTRE 1995 E 2014, HOUVE PELO MENOS 1.218 ASSASSINATOS NO MÉXICO MOTIVADOS POR PRECONCEITO CONTRA INDIVÍDUOS POR CAUSA DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL REAL OU PERCEBIDA E/OU IDENTIDADE DE GÊNERO**

### BERNARDO RANFERI HERNÁNDEZ ACEVEDO



Em 14 de outubro de 2017, o corpo de Bernardo Ranferi Hernández Acevedo foi encontrado nas ferragens de seu carro incendiado, perto de Nejapa, Chilapa de Álvarez, no estado de Guerrero, a meio quilômetro de um posto militar. O líder político foi morto na rodovia Chilapa-Ahuacoutzingo, no centro da cidade de Guerrero, uma região particularmente atingida pela disputa entre grupos criminosos que querem controlar o tráfico e o cultivo da papoula. A polícia foi notificada de um carro em chamas na estrada e, quando chegaram, encontraram o carro incendiado e, dentro dele, os corpos de Bernardo, sua esposa, sua sogra e

seu motorista. Ranferi, 64 anos, era um respeitado defensor de direitos humanos que sobrevivera à chamada Guerra Sucia (Guerra Suja) dos anos 1970. Ele foi um crítico ferrenho de Rubén Figueroa, ex-governador de Guerrero, a quem ele acusou de ser responsável pelo assassinato de 17 agricultores em Aguas Blancas em 1995. Como resultado, mais de 35 ordens de detenção foram emitidas contra ele e em 1997 ele foi ao exílio na França por 4 anos. Quando retornou ao México em 2001, dedicou-se a organizar comunidades camponesas e indígenas na defesa de seus direitos.

### MEZTLI OMIXOCHITL SARABIA REYNA



Em 29 de junho de 2017, Meztlí Omixochitl Sarabia Reyna, defensora de direitos humanos, foi morta no escritório de sua organização em Puebla, no México. Meztlí Omixochitl Sarabia Reyna era uma defensora de direitos trabalhistas, integrante da União Popular de Vendedores Ambulantes 28 de Outubro – UPVA (União Popular de Vendedores Ambulantes 28 de outubro) e filha do defensor Rubén Sarabia “Simitrio”, cofundador da UPVA. A UPVA é uma organização que defende os direitos dos vendedores ambulantes, os direitos trabalhistas e organiza protestos sobre essas

questões. A organização tem enfrentado repressão desde sua fundação, incluindo ataques, ameaças de morte, estigmatização e perseguição judicial. Meztlí também estava fazendo campanha por justiça para seu pai, Rubén Sarabia Sánchez, e seus irmãos, Xihuel Sarabia Reyna e Atl Rubén Sarabia Reyna, que foram presos políticos por vários anos. As investigações do governo estão tentando apresentar a ação como um assassinato baseado em uma disputa pessoal, embora o atirador tenha anunciado sua intenção de matá-la na noite anterior ao ataque. .

prevenção de incidentes irreparáveis que possam comprometer a vida e a integridade das pessoas defensoras de direitos humanos e suas famílias. Nesse sentido, ao longo de 2015, a Comissão Interamericana concedeu duas medidas cautelares em favor de três defensoras de direitos humanos que se encontravam supostamente em situação de indefensabilidade”.

## ATAQUES A INTEGRANTES DA COMUNIDADE LGBTI

Em 20 de abril de 2017, o corpo do ativista de direitos LGBTI e repórter freelancer, Juan José Roldán, foi encontrado em uma cidade a leste da Cidade do México, mostrando sinais de tortura.<sup>224</sup> Nos cinco anos anteriores, Juan José estava fazendo campanha por melhores testes de HIV no México. Em 20 de maio de 2017, Jennifer López, mais conhecida como Campanita, foi assassinada em Ometepec, estado de Guerrero. Campanita era uma ativista transgênero que estava ativamente envolvida na defesa dos direitos humanos das pessoas LGBTI. Entre 1995 e 2014, houve pelo menos 1.218 assassinatos no México motivados por preconceito contra indivíduos por causa de sua orientação sexual real ou percebida e/ou identidade de gênero, segundo o relatório da Comissão de Cidadãos contra Crimes de Ódio Homofóbicos (CCCOH). O relatório indica que o maior número desses assassinatos envolveu homens (976), seguido por integrantes da comunidade transgênero, com 226 casos notificados, e mulheres (16). Foi também reportado que mais de 80% dos registros mostram que as vítimas sofreram várias formas de agressão antes de serem mortas. A Comissão observa que houve algumas melhorias na Cidade do México em termos de tolerância a pessoas LGBTI, mas, como destacado por um representante da sociedade civil, “Cidade do México não é o México”, em referência aos estereótipos e preconceitos profundamente enraizados que persistem em muitas partes do país. De acordo com o Centro de Direito Transgênero (*Transgender Law Center*), “as taxas de violência contra as mulheres transgênero estão mais altas do que nunca. Ironicamente, a violência contra a comunidade LGBTI aumentou desde o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o México, em razão da reação a essas mudanças progressivas na lei”.<sup>225</sup>

## VIOLÊNCIA IMPLACÁVEL E O CLIMA DE IMPUNIDADE

Pessoas defensoras no México são regularmente submetidas a perseguição judicial e detenção arbitrária. Durante o mandato de seis anos do presidente Felipe Calderón, de 2006 a 2012, houve 999 casos registrados de detenção arbitrária de pessoas defensoras. Nos primeiros quatro anos do mandato do presidente Enrique Peña Nieto, de dezembro de 2012 a maio de 2017, houve 2.449 casos registrados de detenção arbitrária. A diferença é ainda mais gritante quando olhamos para os números de execuções extrajudiciais (EJEs, em espanhol). Durante toda a administração de Calderón, houve 67 casos documentados de EJEs de pessoas defensoras. Desde que o presidente Peña Nieto chegou ao poder em 2012, houve 142 EJEs de pessoas defensoras. Em apenas um ano, de junho de 2016 a maio de 2017, o número de execuções extrajudiciais documentadas de defensores e defensoras de direitos humanos foi de 57. Em outras

**EM VEZ DE TOMAR MEDIDAS PARA LIDAR COM AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS, ALTOS FUNCIONÁRIOS SISTEMATICAMENTE NEGAM OU MINIMIZAM A ESCALA E A NATUREZA DOS ASSASSINATOS, TORTURAS E DESAPARECIMENTOS**

### HUMBERTO MORALES SÁNTIZ



Em 28 de fevereiro, o defensor de direitos humanos Humberto Morales Sántiz foi brutalmente assassinado por um grupo de assaltantes no distrito de Carrizal, Chiapas. Humberto era um estudante de 13 anos, cheio de esperança e ambição de continuar seus estudos. Ele foi alvo porque ele e sua família defenderam ativamente o direito de sua comunidade à terra. Por volta das duas horas da tarde de 28 de fevereiro de 2017, o menino estava pegando lenha na montanha quando foi abordado por um grupo de pessoas armadas que atiraram na cabeça dele. Quando ele não voltou depois de várias horas, sua família ficou preocupada e

organizou uma busca, que levou à descoberta do cadáver. As autoridades locais nunca realizaram exames de balística, antropologia forense ou criminologia, mesmo após a exumação do corpo em meados de 2017. O grupo paramilitar Los Petules, identificado como o autor do crime, não foi chamado para depor; Este grupo tem assediado constantemente as comunidades organizadas. A OCEZ-FNLS, organização social que organiza e defende camponeses que lutam por suas terras e por um modo de vida digno, fez várias denúncias públicas e legais. A família de Humberto vive em uma de suas comunidades organizadas e, portanto, sua execução

significou uma ameaça coletiva aos defensores dos direitos humanos que trabalham pela defesa do direito à terra.

### JUAN JOSÉ ROLDÁN ÁVILA

Na manhã de 16 de abril de 2017, o corpo de Juan José Roldán Ávila foi encontrado em uma estrada de terra no bairro de San Rafael, em Calpulalpan, Tlaxcal. Juan José era um jornalista freelancer e defensor de direitos humanos que defendia os direitos LGBTI. Ele foi espancado até a morte. Seu corpo mostrava sinais de tortura e havia sido queimado com ácido. Juan José Roldán trabalhou como repórter de uma emissora de televisão local em Calpulalpan até 2011. Depois disso, trabalhou como repórter freelancer para vários meios de comunicação e dedicou grande parte de seu tempo à promoção de direitos LGBTI. Ele também foi um defensor dos direitos dos animais. Em 24 de fevereiro de 2017, ele postou no Facebook falando sobre o número de ameaças que vinha recebendo. Juan José foi o sexto jornalista morto no México em pouco mais de três meses.



palavras, naquele ano somente, houve apenas 10 EJs a menos de pessoas defensoras de direitos humanos do que em todo o mandato de seis anos do presidente Calderón.

A natureza dos ataques a pessoas defensoras de direitos humanos mostra um padrão muito claro. Em 2014, a forma mais comum de ataque foram ameaças. Em 2015, a forma mais comum foi perseguição judicial, enquanto no período 2016 e 2017 o maior aumento registrado foi no número de EJs. Desaparecimentos forçados também são uma forma cada vez mais comum de violação dos direitos humanos no México. Nesse mesmo período de 2016 e 2017, 11 pessoas defensoras de direitos humanos desapareceram: cinco foram vítimas de execuções extrajudiciais, três foram posteriormente libertadas e três permanecem desaparecidas.<sup>226</sup> Quando essas duas categorias de ataques são combinadas, fica claro que a tendência é cada vez mais direcionada a ataques violentos diretos contra pessoas defensoras. A aparente queda no número de desaparecimentos forçados não é considerada representativa de qualquer mudança política decisiva para uma maior proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, mas sim uma reação automática ao desastre político e à pressão internacional resultante do caso Ayotzinapa, de 2014.

Os assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos ocorrem com quase total impunidade, porque as estruturas políticas e econômicas do Estado foram infiltradas em tal extensão, pelos narcotraficantes e outros elementos criminosos, que o Estado é incapaz e não deseja tomar medidas efetivas em defesa dos direitos humanos. Em agosto de 2016, o governo informou que o paradeiro de mais de 27.000 pessoas desaparecidas desde 2006 permanece desconhecido.<sup>227</sup> Promotores/as de justiça e a polícia rotineiramente não tomam as medidas básicas de investigação para identificar os responsáveis pelos desaparecimentos forçados, muitas vezes dizendo às famílias das pessoas desaparecidas que investiguem por conta própria.<sup>228</sup> As autoridades falharam em identificar restos e partes de corpos encontrados em vários locais, inclusive em sepulturas clandestinas, em todo o país.<sup>229</sup>

Há evidências substanciais que indicam que o governo mexicano iniciou uma política de uso de força indiscriminada e extrajudicial como parte da estratégia de segurança do governo para combater o crime organizado. É essa violência sancionada pelo Estado que sustenta o clima de impunidade em que as pessoas defensoras podem ser mortas sem qualquer risco significativo para os perpetradores. A conclusão é que o governo federal adotou uma política implícita que envolvia o uso indiscriminado e extrajudicial de força pública contra qualquer civil que supostamente estivesse relacionado/a com o “crime organizado”, enquanto assegurava quase total impunidade para os/as funcionários/as federais que realizaram tal violência. As pessoas defensoras de direitos humanos são frequentemente presas ou perseguidas com base em alegações espúrias de participação em atividades terroristas ou criminosas.<sup>230</sup>

## O GOVERNO MEXICANO ENVIA UMA MENSAGEM DE QUE NÃO HÁ PROBLEMA EM ATACÁ-LOS/AS – ESSENCIALMENTE TORNANDO O GOVERNO CÚMPLICE DOS CRIMES

O governo do México tem utilizado a luta contra o narcotráfico e o crime organizado como uma desculpa para justificar sua incapacidade de lidar com a onda de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos.<sup>231</sup> O México tem recorrido fortemente às forças armadas para combater a violência relacionada às drogas e ao crime organizado, levando a violações generalizadas de direitos humanos por parte de militares. Dado o clima geral de impunidade para as violações de direitos humanos que já prevalecem no México, a recente introdução da Lei de Segurança Interna (Ley de Seguridad Interior), que ampliará o papel dos militares em operações normais de policiamento, é uma preocupação especial. Entre 2006 e 2016, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do México recebeu quase 10.000 denúncias de abusos de direitos humanos cometidos pelos militares – incluindo mais de 2.000 durante o atual governo. Constatou-se em mais de 100 casos que os militares cometeram sérias violações de direitos humanos, embora a grande maioria desses casos nunca tenha sido totalmente investigada.<sup>232</sup> A impunidade continua sendo a norma para esses abusos.<sup>233</sup> Em seu relatório de 2016 sobre a situação dos direitos humanos no México, a CIDH afirmou que “são particularmente preocupantes os relatos de desaparecimentos, execuções extrajudiciais e tortura, bem como a situação de insegurança para mulheres, crianças, migrantes, pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas, as quais são vítimas de assassinatos, desaparecimentos, sequestros, tortura, assédio e ameaças”.<sup>234</sup> O relatório da CIDH também afirmou que “a atual crise de graves violações dos direitos humanos no México é, em parte, consequência da impunidade que persiste desde a ‘Guerra Suja’<sup>235</sup> e, até então, ela estimulou a repetição dessas violações”.<sup>236</sup>

## RESPOSTA DO ESTADO

Em 2012, a pressão da sociedade civil levou o governo a criar um Mecanismo de Proteção para Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas. No entanto, o Mecanismo continua a ter um número insuficiente de funcionários/as, o que resulta em medidas de proteção que muitas vezes não são implementadas. Em alguns casos, foi relatado que a mesma unidade policial identificada como agressora era a autoridade designada para fornecer proteção.<sup>237</sup> Até meados de 2016 e desde seu início, ele ofereceu proteção a 333 pessoas, mas também foi criticado por grupos de direitos humanos por sua lentidão e insuficiente compromisso do governo. Em sua análise de abril de 2018 sobre o Mecanismo de Proteção, o *Espacio OSC* (uma rede de 22 organizações da sociedade civil) destacou o fato de que das 58 recomendações feitas ao governo para fortalecer o Mecanismo apenas 2 haviam sido totalmente implementadas, 42 haviam sido parcialmente implementadas e em 14 não houve progresso algum.<sup>238</sup>

Em várias ocasiões, no início de 2016, oficiais do governo ou seus aliados atacaram verbalmente pessoas defensoras de direitos humanos, descrevendo-as, sem nenhum fundamento, como integrantes de um grupo “mafioso” que obtinha ganhos financeiros com críticas ao governo.<sup>239</sup>



© Amnesty Internacional

Protesto em razão do assassinato de Javier Valdez

Os funcionários do Estado costumam usar linguagem cifrada para se referir ao trabalho de pessoas defensoras, usando termos como “obstrução de estradas públicas” ou ataques à “riqueza nacional”. Em vez de tomar medidas para lidar com violações de direitos humanos, altos funcionários do governo negam e minimizam consistentemente a escala e a natureza dos assassinatos, torturas e desaparecimentos, além de fazerem afirmações genéricas e infundadas de que as vítimas desses crimes são elas mesmas criminosas. Altos funcionários têm atacado integrantes das Nações Unidas, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de organizações da sociedade civil e de outros órgãos que destacam essas atrocidades.<sup>240</sup>

Um relatório de 2017 documentou o uso pelo governo mexicano de software antiterrorista (*Pegasus*) para monitorar as atividades de jornalistas, ativistas anticorrupção e pessoas defensoras de direitos humanos denunciando desaparecimentos forçados e abusos sexuais.<sup>241</sup> Essa vigilância visava os telefones celulares de defensores e defensoras de direitos humanos, jornalistas e ativistas anticorrupção. O spyware enviava mensagens de texto contendo links maliciosos que permitiam que o *Pegasus* acessasse qualquer informação armazenada no dispositivo, bem como ativasse o microfone e a câmera sem ser detectado. A resposta imediata do presidente Peña Nieto foi negar qualquer possível envolvimento do governo e pedir o indiciamento daqueles/as que fizeram falsas acusações contra o governo.

O Estado tem como alvo pessoas defensoras de direitos humanos cujos protestos podem afetar a economia e, em particular, grupos ou indivíduos cujo trabalho expõe o fato de que aqueles que ganham com essas violações de direitos humanos são frequentemente agentes estatais envolvidos em abusos de direitos humanos, os quais possuem vínculos com o crime organizado ou se beneficiam da privatização dos recursos naturais.<sup>242</sup> Como resultado, há muitos casos de ataques abertos de agentes do Estado contra defensores e defensoras de direitos humanos que se opõem a grandes projetos organizados por grandes empresas. Nesses casos em que as violações de direitos humanos foram cometidas indubitavelmente por agentes do Estado, a resposta oficial é sempre a mesma:

- ❖ negar os fatos;
- ❖ distorcer os fatos para alegar que foi o/a defensor/a que iniciou a violência;
- ❖ acusar terceiros/as desconhecidos/as; e
- ❖ se o agressor é, indubitavelmente, um agente do Estado, afirma-se que foi um incidente isolado por um “elemento nocivo” e que isso não reflete a política do Estado.

## A IMPUNIDADE SE TORNOU CAUSA E EFEITO DA INSEGURANÇA GERAL DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO MÉXICO

É notável que esses supostos “elementos nocivos” que estavam “fora de controle” e “atuando não oficialmente” sempre se comportam da mesma maneira, atacando pessoas cujas atividades de direitos humanos são vistas como ameaças aos interesses do Estado e de seus aliados corporativos.

No México, mecanismos federais e locais para a proteção de pessoas defensoras e jornalistas já existem, incluindo o Mecanismo de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas. As promotorias de justiça em todo o país, incluindo a Procuradoria-Geral, são obrigadas a investigar crimes contra jornalistas e pessoas defensoras de direitos humanos. No entanto, casos recentes demonstram que tais mecanismos não têm sido eficazes na prevenção de ataques contra jornalistas e pessoas defensoras de direitos humanos ou no atendimento de suas necessidades de proteção. A impunidade para esses casos de ataques e crimes antigos perpetua e agrava o ciclo de violência e abuso: quando não há investigações ou consequências sérias para crimes contra jornalistas e defensores/as, o governo mexicano envia uma mensagem de que não há problema em atacá-los/as – essencialmente tornando o governo cúmplice dos crimes.<sup>243</sup>

Ao final de sua primeira visita ao México, em janeiro de 2017, o Relator Especial da ONU sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, Michel Forst, declarou: “a impunidade se tornou causa e efeito da insegurança geral de pessoas defensoras de direitos humanos no México. A maneira de garantir a segurança de defensores e defensoras de direitos humanos é levar aqueles que tentam prejudicá-los/as à justiça”.<sup>244</sup> Em particular, ele instou o governo do México a fortalecer o Mecanismo de Proteção para pessoas defensoras em risco, incluindo pessoas trabalhando em instituições nacionais de direitos humanos. Ele acrescentou: “apesar do fato de que a existência do Mecanismo Nacional contribuiu para prevenir certas violações contra as pessoas defensoras de direitos humanos, ele não tem sido suficiente como uma ferramenta de política pública para transformar o ambiente no qual defensores e defensoras operam. Sua natureza, até o momento, tem sido mais reativa que preventiva. Seu foco tem sido a entrega de medidas de segurança fragmentadas, em vez de adotar uma abordagem mais holística à proteção. Ele não examinou suficientemente as causas na origem do risco. Isso não apenas mina a eficácia de suas medidas de proteção, mas também expõe o Mecanismo Nacional à sobrecarga de sua capacidade devido a um grande número de casos que continuam sem solução”.<sup>245</sup>

As Nações Unidas e organizações da sociedade civil instaram repetidamente o governo mexicano a fornecer mais recursos ao Mecanismo de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas, para que ele implementasse análises de risco, ampliasse medidas preventivas em mais estados e melhorasse as medidas de proteção, inclusive em uma perspectiva de gênero. Há também a necessidade de o Mecanismo fortalecer a coordenação entre as procuradorias federais e estaduais, a fim de melhorar a investigação de crimes.<sup>246</sup> No entanto, procuradores federais têm evitado processar atores estatais e não-estatais por atrocidades. A obstrução à denúncia assumiu várias formas: reclassificando as atrocidades



como delitos menores, atrasando as investigações na confusão burocrática, desencorajando as vítimas a apresentar denúncias e adulterando ou fabricando provas. Isso tem sido possível, em grande parte, porque os serviços forenses e de proteção de testemunhas não são independentes, mas estão localizados dentro das próprias procuradorias e promotorias. Quando pressionados em relação à responsabilização criminal por atrocidades, os governos de Calderón e Peña Nieto demonstraram um padrão de lançamento de iniciativas e reformas com grande fanfarra, apenas para privá-las de recursos e apoio político posteriormente. Vários mecanismos e planos especiais não conseguiram localizar os/as desaparecidos/as e fornecer apoio, representação e reparação às vítimas de crimes.<sup>247</sup> “O México possui amplos recursos e capital humano para prevenir, processar e punir com eficácia atrocidades – a maioria cometida pelas próprias forças do Estado. A questão é se o México tem a vontade política para fazê-lo.”<sup>248</sup>

Protesto após o assassinato do promine  
jornalista investigativo, Javier Valdez

## RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DO MÉXICO

Para demonstrar vontade política e inspirar esperança genuína para o fim da atual crise de atrocidades e impunidade no México, são necessárias medidas ousadas. O Estado mexicano deve:

- ❖ Implementar as numerosas recomendações de direitos humanos feitas nos últimos anos por vários/as Relatores/as e funcionários/as da ONU, bem como pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- ❖ Implementar as recomendações específicas feitas pelo Relator Especial da ONU sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, Michel Forst, após sua primeira visita ao México em janeiro de 2017.<sup>249</sup>
- ❖ Garantir investigações abrangentes de todas as ameaças às pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Assegurar o indiciamento de perpetradores e autores intelectuais de ataques a pessoas defensoras de direitos humanos
- ❖ Fornecer todo o apoio político e recursos financeiros necessários para providenciar um sistema eficaz de proteção às pessoas defensoras de direitos humanos em risco
- ❖ Criar um órgão de investigação com os recursos adequados, com poderes para investigar e documentar de forma independente violações graves de direitos humanos e recomendar o início de investigações legais contra os autores
- ❖ Prestar assistência técnica à Procuradoria-Geral e aos Ministérios Públicos estaduais para permitir que eles realizem investigações abrangentes
- ❖ Produzir relatórios públicos e propostas para a reforma do sistema de justiça e do Estado de Direito no México
- ❖ Reportar sobre o progresso da justiça criminal em casos de desaparecimentos, tortura e assassinatos,
- ❖ Garantir clareza jurídica no processo de reforma legal, classificando as EJE como “um homicídio no qual agentes estatais ou civis participam, com a aquiescência do Estado”.
- ❖ Abordar toda a gama de direitos humanos das vítimas, incluindo: os direitos à justiça, memória, verdade e compensação integral pelos abusos sofridos, bem como medidas estatais para garantir que os abusos não sejam repetidos.